

AMAZÔNIA: A MODERNIZAÇÃO NÃO-LIBERAL*

Gottfried Stockinger

Departamento de Sociologia/UFPA

Resumo: O artigo trata essencialmente das mudanças sócio-econômicas que ocorreram na região amazônica entre 1950 e 1985, período marcado por uma política de integração nacional, reforçado a partir de 1964 pelo regime militar. Naquela época, era muito comum, em estudos sobre o desenvolvimento da Amazônia, ouvir-se falar em um despertar de um sono que se teria estendido desde o final da era da borracha até meados dos anos 50, e que teria chegado ao fim por uma repentina penetração do capitalismo. Via de regra, tal processo - tido como selvagem e violento - era considerado como um evento natural, vindo de fora como descendente mais novo da acumulação capitalista no sul do país. Partindo deste ou de semelhantes pontos de vista, não se percebe a importância do desenvolvimento social e econômico a partir das estruturas internas da própria região. Analisando na sua dinâmica e na sua lógica próprias, as condições à saída do "boom" da borracha, vê-se que a imagem do "sono" e do "despertar", para se sustentar na realidade, precisa de um acréscimo: despertar de um pesadelo de uma modernização forçada e incompleta.

Palavras-chave: expansão capitalista, modernização, desenvolvimento da Amazônia.

AMAZONIA: A CASE OF NON-LIBERAL MODERNIZATION

Abstract: This article deals mainly with socio-economic changes that have occurred within the Amazon region between 1950 and 1980, a period marked by a political policy of national integration, which, beginning in 1964, was reinforced by the military regime. In studies that appeared during that period, references were often made to the "awakening" from a dream that lasted from the end of the rubber boom up until 1950. The "dream" ended with the sudden penetration of capitalism. As a rule, such a process - often described as savage and violent - is considered by some as a natural event, an extension of capitalist expansion long underway in southern Brazil. This perception often ignores, partially or completely, the importance of social and economic development that emanated from internal structures within Amazonia itself. An analysis of events following the collapse of the rubber boom reveals that a more realistic appraisal of the image of a "dream" and an "awakening" requires an addendum: That of awakening from a nightmare created by an imposed and incomplete process of modernization.

Key words: capitalist expansion, modernization, Amazon development.

A INTERAÇÃO ENTRE CONDIÇÕES EXTERNAS E INTERNAS

Após a Segunda Guerra Mundial, a política econômica internacional, aplicada no continente sulamericano, passou a deslocar seus eixos de ligação através da

exportação acelerada de capital, surgindo, assim, nos países receptores, uma produção industrial dependente, baseada em tecnologia importada, em geral já amortizada nos centros capitalistas, nas matrizes das empresas transnacionais (Santos, 1977). Além disso, este processo manteve o pa-

* Este artigo é fruto da pesquisa integrada "Populações tradicionais do Pará", desenvolvida pelo Departamento de Sociologia da UFPA.

pel desses países como fornecedores de matéria prima de diversa natureza à medida do necessário. No caso do Brasil, os efeitos de mudança se mostraram pelo deslocamento da dependência de importações de meios de consumo para a de meios de produção, transformando também certa matéria prima nacional antes exportada.

No entanto, é importante notarmos que não se tratava de uma mudança automática gerada por decisões tomadas nos centros capitalistas. O deslocamento do eixo de ligação foi possibilitado pela criação de uma base industrial interna, acompanhada por um processo de proletarianização de largas camadas rurais, responsável pelo surgimento de um empresariado industrial de origem nacional que passou a participar decisivamente no poder do Estado e que compartilhou a mesma força de trabalho liberada e de baixo custo com o capital estrangeiro.

No caso da Amazônia, as consequências decorrentes dessas transformações foram:

1. Parte dos produtos primários anteriormente destinados ao mercado mundial passaram a fluir diretamente para o sul do país;

2. os custos de construção de infra-estrutura não lucrativos imediatamente do ponto de vista do capital foram transferidos para o Estado brasileiro, assumindo investimentos vultuosos na região sob a bandeira da unificação nacional;

3. o objetivo declarado da criação de um mercado interno, baseado na industrialização do Sul do Brasil e disfarçado sob a capa de "Integração Nacional", foi prosseguido por todos os governos do pós-guerra. Na Amazônia, isso ocorreu mais intensamente a partir de 1964, após o golpe militar;

4. passou a desempenhar o papel de válvula de escape de tensões sociais existentes noutras regiões, sobretudo no que se refere à disponibilidade de terras. Atribuiu-se à região a função de frente pioneira, semelhante àquela do oeste americano ou da Sibéria russa;

5. os processos de acumulação inicial incipientes nos meados do século XIX, e reforçados desde o colapso do ciclo da borracha, aceleraram-se principalmente pela intervenção da política econômica do Estado;

6. esses processos, sobretudo os referentes à proletarianização, possibilitaram uma redefinição da integração da Amazônia dentro da divisão internacional do trabalho, agora já baseada no mercado regional.

Essas transformações permitem "um procedimento metodológico que acentue a análise das condições específicas (...) e o tipo de integração social das classes e grupos como condicionantes principais do desenvolvimento" (Cardoso, 1970, p. 20 f.).

A relação com o mercado mundial entra em contradição com o desenvolvimento regional interno quando este se torna alvo de uma tentativa de submissão à acumulação global. Em termos históricos, a criação da base interna capitalista contém, neste momento, um elemento novo que o distingue do processo clássico europeu, inclusive no que se refere ao seu conteúdo social: já não ocorre de maneira clássica-liberal, mas sim condicionado a uma direção mais ou menos consciente, com forte intervenção do Estado. Seus determinantes resultam em "sociedade capitalista periférica", para usar uma expressão em voga naquela época. As condições prévias para que isso acontecesse era a criação de um potencial

de mão-de-obra suficientemente grande e adequado na sua qualificação, pronto a se sujeitar ao assalariamento e à constituição das condições para uma circulação de mercadorias mais rápida e segura, através do melhoramento da infra-estrutura de comunicação e de transporte. Além disso, era necessário dispor-se das energias indispensáveis para a transformação de matéria prima. Para isso, a política migratória e de colonização desempenhou um papel de destaque, visto consistir, sobretudo, em incentivos para famílias camponesas de outras regiões para se assentarem nas estradas recém-abertas, que começaram a percorrer a Amazônia a partir dos meados dos anos 60. Desde então, a rede rodoviária quintuplicou em apenas 15 anos (Sautschuk, 1979, p. 45). Como consequência, a terra devoluta foi entregue a grandes latifundiários e especuladores a preços irrisórios. Famílias camponesas foram desalojadas, com exceção daquelas cuja mão-de-obra barata poderia ser aproveitada. As diversas medidas infra-estruturais promoveriam os negócios das grandes empresas, sem qualquer participação dessas nos custos, sendo as firmas transnacionais e do sul do Brasil as principais beneficiadas.

Apesar de algumas mudanças na política no decorrer dos anos 70 e 80, todas as medidas tinham o mesmo pano de fundo: a formação de pólos de desenvolvimento em zonas ricas em matéria prima, terra fértil e mão-de-obra abundante. Assim, a Região Amazônica, emocionalmente glorificada ou condenada como “inferno verde” ou “celeiro do mundo”, deveria continuar a servir como fornecedora benevolente de suas riquezas. Iniciou-se, então, mais um ciclo de sua exploração, baseado na mineração e em projetos agropecuários nem sempre bem

sucedidos sequer para os donos do capital investido.

ESPECIFICIDADES DE UMA MODERNIZAÇÃO NÃO-LINEAR

O fracasso dos projetos agropecuários e industriais está ligado, entre outros fatores, a especificidades da sociedade amazônica. Vejamos: a economia indígena era considerada autárquica e estava completamente isolada do sistema maior. Esta autarquia começou a ser quebrada quando o índio, como nativo, passou a ser integrado no mercado consumidor geral, sendo que, no mercado de produtores, ele fornecia as mercadorias da região que passaram a circular no mercado externo.

Muito embora a integração se desse de forma gradual, a economia nativa, representada pelo caboclo (herdeiro cultural do índio e das suas formas de organização produtiva e social), conseguiu resistir à mudança radical das relações de produção. O caboclo encontrou, em vastas terras devolutas específicas para a região, a possibilidade de insubmissão, criando assim uma resistência adicional ao processo colonizador, resultando na sobrevivência de formas de organização produtivas tipicamente não mercantis, conservando, porém, uma situação de dependência informal da força de trabalho, já que o produtor direto mantinha muitas vezes a propriedade dos meios de produção e a posse da terra, e embora participasse do mercado como consumidor, não submetia os modos e a quantidade da sua produção às condições da organização produtiva tipo capitalista. O produtor direto decidia o que produzir e quanto produzir, segundo suas necessidades de consumo.

Em vista disso, o processo social de modernização que iniciava na Amazônia a partir dos meados dos anos 50, não era linear e se encontrava entrelaçado com a manutenção do setor primário tradicional. Isso se evidenciou principalmente quando do declínio definitivo da extração da borracha após a chamada “batalha da borracha”, devido à Segunda Guerra

Mundial. Afinal, este setor, apesar dos métodos de extração arcaicos, tinha representado uma face “moderna”, exportadora, da economia regional. Com a perda definitiva de sua importância, dezenas de milhares de pessoas ficaram repentinamente sem ocupação. Podemos estimar, a partir da tabela seguinte, o potencial de mão-de-obra existente neste ramo extrativo:

Tabela 1. Pará, 1950. Número de ocupados no setor extrativo da borracha.

Seringueiros	35.700
Seringalistas/administradores	1.009
Total	36,709

Fonte: IBGE. Censo demográfico do Pará, 1950.

Cerca de 50% dos seringueiros abandonaram nos 20 anos seguintes a sua ocupação na extração (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 1970), passando à condição de sem-terra, de trabalhador rural ou urbano ou se instalando num pedaço de terra como camponês, via de regra em condições de posseiro.

Ao mesmo tempo em que a economia extrativista entrava em estagnação e perdia importância, as culturas agrícolas, tanto as de subsistência quanto as mercantis, se fortaleciam cada vez mais, mostrando uma recomposição relativamente rápida. O que podemos comprovar na tabela abaixo:

Tabela 2. Pará, 1959/69. Produção média anual por produto.

	Pimenta	Arroz	Castanha	Borracha
1959/62	3.659	39.300	11.099	6.448
1963/65	6.837	58.500	11.168	5.888
1966/69	11.279	65.270	13.730	5.968

Fonte: BASA, 1971.

Acrescentemos a isso, a tendência de aumento da população (ver tabela 3),

proporcionando um desenvolvimento demográfico relativamente veloz.

Tabela 3. Pará, 1950-80. Desenvolvimento populacional, em milhares.

	Abs.	% crescimento
1960	1,538	36
1970	2,132	38
1980	3,403	59

Fonte: IBGE. Censo demográfico do Pará, 1950-1980.

O processo de crescimento foi acompanhado por uma redistribuição po-

pulacional entre cidade e campo realizada visivelmente a partir dos seguintes dados:

Tabela 4. Participação urbana na população total, 1940-80.

	1940	1950	1960	1970	1980
Brasil	31,2	36,2	45,1	56,1	71,1
Amazônia	27,8	31,5	37,8	45,2	54,1

Fonte: IBGE. Censo demográfico do Pará, 1940-1980. (Segundo os critérios dos censos, tratava-se da população que residia na parte urbanizada de um município, via de regra na sede administrativa).

Observamos que o avanço da população urbana foi um indicador de mudanças sociais modernizadoras. O aumento da taxa de urbanização da Amazônia acompanhou e, por algum tempo, até superou ligeiramente a média brasileira, duplicando a participação urbana no referido espaço de tempo. Temos que levar em consideração, ainda, que não se tratava apenas do crescimento de algumas grandes cidades, mas também da urbanização do próprio campo, seja através da fundação de novas localidades, seja pelo próprio crescimento de algumas comuni-

dades e aldeias para vilas ou cidades. As medidas infra-estruturais de transporte e de comunicação aceleravam o movimento migratório e de colonização.

TRANSFORMAÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO

Para efeito de uma caracterização mais detalhada das mudanças sociais, lançaremos primeiramente uma vista ao desenvolvimento da estrutura sócio-produtiva do setor primário (extrativo/agrícola):

Tabela 5. Pará, 1950-80. População economicamente ativa no setor primário por posição na produção (em milhares e porcentagem).

	1950		1960		1970		1980	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Empregados	32,2	13,6	39,3	13,1	50,3	14,5	64,9	16,0
Empregadores	3,4	1,5	2,2	0,7	3,2	0,9	3,3	0,8
Autônomos	127,3	53,1	161,3	53,5	203,6	58,7	268,2	66,2
Não remun.	73,5	31,0	98,6	32,6	80,1	25,9	68,4	17,0
Total	236,8		301,5		347,2		404,8	
Agropecuária		69,9		76,3		sem dados		sem dados
Extrativismo		30,1		23,7		sem dados		sem dados

Fonte: IBGE. Censo demográfico do Pará, 1950-1980.

Nessa tabela, observamos, principalmente, duas tendências:

a) a ampliação das relações de produção capitalistas à base do trabalho

assalariado, com o aumento do número dos empregados, decorrente do crescimento do setor agropecuário, visto ter aumentado sua participação em termos de

mão-de-obra em detrimento do setor extrativo.

b) crescimento do trabalho autônomo inicialmente em bases familiares, a partir sobretudo de 1960.

Essas tendências – aumento dos assalariados e elevação do número de autônomos – parecem estar em contradição, já que se esperaria o contrário. Isso pode ser explicado pela existência de vários movimentos distintos dentro do processo de modernização não-linear já apontado anteriormente:

1. Inicialmente, a recessão da economia extrativa libertou potencial de mão-de-obra, apenas parcialmente submetida ao assalariamento (ou desempregado), enquanto que uma outra parte se estabeleceu ou reestabeleceu nas estruturas de subsistência agrícolas;

2. um movimento reforçado de migração para a Amazônia e sobretudo para o Pará, a partir principalmente do Nordeste brasileiro;

3. além disso, a existência de um outro processo de migração interna poderia existir: a saída, principalmente de membros mais jovens de família, para as esferas de atividade urbanas.

Observamos, na tabela 5, que a diminuição dos “não-remunerados” (geralmente membros da família), entre 1960 e 1980, não se deveu completamente ao aumento das relações de assalariamento no próprio setor rural; um certo “excedente” saiu para atividades não agrícolas, ainda que uma menor parte tenha ficado nas unidades de produção “autônomas” constituídas na base familiar. Tal fato se processou à custa do parcelamento das pequenas propriedades (entre 10 e 100 ha), cuja proporção diminuiu de 52.9%, no ano 1950, para 45.7%, em 1970, enquanto que os

estabelecimentos de minifúndio (menos de 10ha) aumentaram no mesmo período de 38.7% para 47.6%. (IBGE, 1950-1980).

Com a penetração das relações mercantis no campo, essas próprias estruturas de subsistência, inicialmente na sua maioria baseadas na simples posse da terra, começaram a transformar o seu caráter interno, pois eram em medida crescente alvo da exploração mercantil e financeira, mudando as relações com a terra.

De repente, parece que tudo mudou. Todos mudaram em face da terra. Não era mais a ocupação, a posse, a morada, a roça, a criação, o conhecimento do lugar, a vizinhança, que garantiam a propriedade. Havia a necessidade de papel, documento, título, prova, escritura, para que a propriedade fosse propriedade. De repente... o homem e a terra estranharam-se (Ianni, 1978, p. 154).

É também nesse contexto que se deve olhar o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, ou seja, a mecanização de determinadas atividades produtivas na base do trabalho assalariado. Também aqui não se tratava de um desenvolvimento linear e igual, mas sim de um desenvolvimento desigual, que abrangia em primeiro lugar aqueles ramos que produzem para o mercado mundial. Os latifúndios se tornaram, portanto, aliados do capital “modernizador” de origem urbana.

Assim, se observarmos o desenvolvimento geral da agricultura paraense, notaremos um salto na mecanização entre 1950 e 60, enquanto que a média de ocupados ficou relativamente constante:

Tabela 6. Pará, 1950 – 80. Estabelecimentos agrícolas, média de ocupados e tratores por estabelecimento:

	N. de estabelecimentos	Média de ocupados	Média de tratores
1950	59,877	3,6	0,05
1960	83,180	4,0	0,23
1970	141,959	4,1	0,41
1980	223,762	4,5	sem dados

Fonte: IBGE. Censo agropecuário do Pará, 1950 – 80.

O aumento do número de estabelecimentos agrícolas, acentuado entre 1960 e 70, deveu-se, em primeiro lugar, ao assentamento de novas unidades produtivas familiares, em consequência de migrações internas para dentro da Amazônia, mas também pelo fracionamento dos estabelecimentos existentes. Por outro lado, a mecanização avançou sobretudo nos latifúndios reforçados pelo processo contínuo de concentração de terras.

Diferenciando os estabelecimentos agropecuários pelo seu tamanho e observando, para tal fim, os dados disponíveis, é possível compreender a ligação entre os processos de proletarização e de

concentração dos meios de produção nas mãos de uma minoria, características da modernização capitalista.

Na realidade, vemos que eram poucos os empreendimentos capazes de produzir bens agrícolas numa base racional, capitalista. Talvez fossem aqueles que possuíam tanto as condições materiais-técnicas (maquinaria, área suficientemente grande, capital de giro etc.), como dispunham também de uma base sócio-tecnológica (divisão de trabalho e cooperação de coletivos de assalariados). Tratava-se, portanto, na sua maioria, de latifúndios, incluindo, tecnologicamente, as cooperativas de imigrantes japoneses.

Tabela 7. Região Norte, 1972. Proporção dos imóveis rurais que dispõem de equipamento. Valor médio por faixas de área:

Faixa de área em ha	Imóveis		Média do valor do equip. (em 1000 Cr\$)
	Total	Equipados	
Até 200	49.953	34%	1,9
200-5000	11,754	39%	9,5
+ 5000	850	57%	143,4

(Não inclui os imóveis improdutivos)

Fonte: INCRA – Cadastro de imóveis rurais, 1972.

Na tabela acima, notamos que as diferenças no valor do equipamento não eram apenas de natureza quantitativa. Tratava-se de patamares tecnológicos completamente diferentes, arado manual

ou de tração animal num lado, e maquinaria sofisticada noutro.

Com relação à esfera do emprego de mão-de-obra, podemos dizer que as possibilidades de utilizar assala-

riados num processo de produção cooperativo racional estavam reservadas às

unidades produtivas maiores (ver tabela 8, abaixo).

Tabela 8. Região Norte, 1972. Emprego de assalariados permanentes (A), média de assalariados permanentes (B), e média do máximo de assalariados, inclusive temporários (C), por faixa de área, em ha.

Área	A	B	C
até 200	5.6	2.4	7.7
200-5000	19.0	4.5	11.8
+ 5000	44.9	15.4	78.6

Fonte: INCRA - Cadastro de imóveis rurais, 1972.

Quanto à distribuição de terras, verificamos que a constituição de estruturas capitalistas na agricultura não alterou, nas condições existentes, a

concentração da terra nas mãos de uma minoria. Pelo contrário, até parece reforçá-la:

Tabela 9. Pará, 1940-75. Proporção dos Estabelecimentos Agropecuários (E), por faixas de área em ha, e sua participação no total da área aproveitada (A), em porcentagem:

	Até 10 ha		10-100 há		100-1000 ha		1000-10000		+10000	
	E	A	E	A	E	A	E	A	E	A
1940	36.2	0.7	50.1	9.1	10.5	17.8	2.6	37.4	0.1	34.8
1950	38.7	1.3	52.9	15.0	7.1	16.2	1.0	26.8	0.1	40.4
1960	41.7	2.4	46.9	23.1	7.0	28.2	0.6	28.5	0.1	18.0
1975	44.0	1.9	45.9	17.8	9.1	19.1	0.8	25.1	0.1	36.2

Fonte: IBGE. Censo agrícola e agropecuário do Pará, 1940-1975.

Em 1950, observamos uma redução tanto na porcentagem de área quanto no número de latifúndios (mais de 1000 ha), provavelmente devido à queda da extração da borracha (os dados após 1920 mostram a mesma tendência). A partir de 1960 observamos o movimento oposto. É necessário frisar que esse aumento/redução numa faixa de área não acarretou, obrigatoriamente, um movimento complementar nas outras faixas, já que não se tratava de um sistema fundiário fechado, em virtude da existência de terras devolutas. Foi notório, no entanto, o aumento dos minifúndios,

uma vez que colocavam mão-de-obra à disposição das estruturas capitalistas, pelo menos temporariamente. O aumento desses minifúndios também pode ter se dado à custa dos estabelecimentos médios em virtude de divisão provenientes de heranças.

Ianni (1978) nos fornece uma excelente análise sobre a relação entre a manutenção ou reforço da tendência de formação de latifúndios quando da penetração do capital monopolista.

TRANSFORMAÇÃO NA INDÚSTRIA

No setor industrial, o número de economicamente ativos triplicou nos anos 50 a 70. Por sua própria natureza de pro-

dução, a proporção dos assalariados (empregados) foi de antemão relativamente alta.

Vejamos os dados correspondentes:

Tabela 10. Pará, 1950-1980. População economicamente ativa na indústria, por posição na produção, absoluto e em porcentagem.

	1950		1960		1970		1980	
	A.	%	A.	%	A.	%	A.	%
Empregados	19,706	82.2	28,823	90.8	59,064	79.8	123,836	7.6
Empregadores	913	3.8	737	2.3	1,105	1.5	3,453	2.1
Autônomos	2,879	12.1	1,788	5.6	13,105	18.0	16,808	19.6
Não remun.	361	1.5	393	1.2	482	0.7	789	0.7
Total	23,888		31,731		72,772		159,456	

Fonte: IBGE. Censo demográfico do Pará, 1950-1980.

Parece natural o aumento absoluto dos assalariados/empregados se aplicarmos o raciocínio traçado até agora. Abstraindo, pelo momento, da natureza deste processo de industrialização (em que falta quase que por completo a formação do setor de meios de produção, o que veremos mais tarde), podemos observar um processo de mudança nas relações de trabalho, ocorrido em duas etapas sucessivas e que encontra sua expressão empírica no que segue:

1. diminuição do número de empregadores e autônomos concomitantemente ao aumento dos empregados quase até o limite de saturação, entre 1950 e 60;

2. a partir de 1960, a inversão desta tendência: o número de empregadores aumentou absolutamente até 1970, e também em termos relativos, enquanto que o número de autônomos se elevou tanto em porcentagem quanto em números absolutos. Consideravelmente, por outro lado, decaiu a proporção dos empregados, embora continuassem aumentando em quantidade.

Como interpretar esses movimentos?

Nesse momento, parece estarmos observando a forma específica de constituição de relações de produção mercantis. Inicialmente, o potencial de mão-de-obra liberada da sua origem extrativa e camponesa, que levava consigo as capacidades mínimas para serem utilizadas na esfera produtiva urbana, foi se esgotando paulatinamente, chegando a um certo limiar de saturação. Num segundo passo, os próprios ofícios novos e pequenos estabelecimentos manufatureiros ou industriais que surgiram serviam aos novos assalariados, representando algo como um lugar de formação profissional. Mais tarde estes assalariados poderiam se estabelecer como pequenos patrões, autônomos e empresários. Isso explica, pelo menos em boa parte, o movimento pendular observado no seio dos autônomos e empregadores, na tabela acima.

No entanto, faz-se necessária uma explicação adicional com respeito à

categoria dos autônomos: não se tratava apenas da formação de uma camada de pequenos proprietários e empresários realmente independentes. Uma boa parte desses – “autônomos” – representava nada mais do que a força de trabalho semi-proletarizada que sobrevivia à base de uma tecnologia arcaica pouco produtiva, decorrente do desenvolvimento desigual das forças produtivas no setor industrial que, por sua vez, era dirigido de fora pela “transferência de tecnologia”. Isso ocorreu porque determinados ramos da economia, que não produziam para a exportação ou para o mercado sulista, pouco desenvolviam sua base tecnológica por falta de capital, e avançavam apenas na base da mão-de-obra barata.

Os autônomos, de maneira geral, não tinham a função de iniciar o desenvolvimento industrial no qual se baseavam; ao contrário, já apareciam

Tabela 11. Brasil e Norte, 1962-71: Consumo de energia elétrica, em absoluto (milhares de MWh) e por índices (1962=100).

	Brasil		Região Norte	
	Abs.	Ind.	Abs.	Ind.
1962	21,856	100	125	100
1965	24,267	110	143	115
1968	31,399	144	248	198
1971	42,478	194	416	332

Fonte: IBGE. Diagnóstico do consumo de energia elétrica, 1972.

O fato da participação da Amazônia no consumo nacional subir de 0.6% em 1962 para cerca de 1% em 1971 pode ser considerado um indicador de uma industrialização acelerada?

Caso seja, essa industrialização costumava estar acompanhada de uma certa deterioração das formas econômicas camponesas. O que antecedeu este

como seu resultado, sob condições de um mercado não liberal, monopolizado. Já se tratava, grosso modo, da formação precoce de uma reserva de mão-de-obra ou mesmo de força supérflua. A fusão entre os processos de proletarização e formação de reserva de força de trabalho – junto com a pauperização de largas camadas sociais – foi uma consequência imediata da fusão entre o processo de acumulação inicial e da concentração do capital, nas condições não liberais, impostas pela monopolização econômica e política, naquela época. No caso clássico da Inglaterra, estes dois processos correspondiam a duas etapas históricas distintas, separadas uma da outra por dezenas de anos.

Mesmo nessas condições, um outro indicador – o consumo de energia elétrica – mostrava que o crescimento em nível infra-estrutural na Amazônia ultrapassava as tendências gerais nacionais:

processo, como condição prévia, foi um aumento das relações sociais de troca. Cresceu a produção e a circulação de mercadorias assim como se alargou a base comunicativa, elevando as necessidades também neste sentido. De fato podemos observar deslocamentos setoriais na economia que confirmam esta tendência.

Tabela 12. Pará, 1950-80. Economicamente ativos nos diferentes setores da economia em porcentagem.

	Primário			Secundário	Terciário
	Agrop.	Extrat.	Total		
1950	48,5	20,9	69,4	7,0	23,6
1960	48,7	14,7	63,4	6,6	30,0
1970	sem dados	sem dados	55,9	11,7	32,4
1980	sem dados	sem dados	43,9	18,1	38,0

Fonte: IBGE. Censo demográfico do Pará, 1950-1980.

O processo de industrialização aparece mostrando os efeitos da criação das bases para um desenvolvimento capi-

talista. Vamos considerar esta questão mais de perto do ponto de vista do tamanho dos empreendimentos:

Tabela 13. Pará, 1960-80. Estabelecimentos com cinco ou mais pessoas ocupadas (A), média de empregados por estabelecimentos (B) e média de salário anual por empregado em salários mínimos (C).

	A	B	C
1960	1.222	10,0	10,7
1970	2.137	11,7	19,8
1980	3.318	11,8	16,0

Fonte: IBGE. Censo industrial do Pará, 1960-1980.

As tendências principais são bem visíveis: triplicação do número de estabelecimentos e aumento ligeiro de seus tamanhos médios (tomando por base os ocupados). O aumento verificado em nível de salários, entre 1960 e 1970, parece

representar uma melhoria qualitativa na estrutura empregatícia interna pela introdução de pessoal técnico e administrativo. Esta imagem se concretiza, considerando os estabelecimentos diferenciados por seu tamanho:

Tabela 14. Pará, 1970. Estabelecimentos industriais segundo tamanho (número de empregados), média de empregados (A), média de salários em Cr\$ 1000 (B), e valor da transformação por empregado em Cr\$ 1000 (C).

N. empreg.	N. estab.	A	B	C
Até 4	1.133	2,5	0,8	3,6
5 e +	1.004	22,2	2,4	9,6

Fonte: IBGE. Censo industrial do Pará, 1970.

Observamos que mais da metade dos estabelecimentos não ultrapassa o nível de uma oficina ampliada, não podendo, portanto, ser considerados como

indústrias no sentido verdadeiro do conceito. Os salários muito baixos nos estabelecimentos menores indicam uma baixa participação do trabalho assalariado em si,

isto é, a predominância do trabalho familiar. A baixa produtividade foi uma consequência desta estrutura empresarial in-

terna, a qual iremos observar através de um outro indicador:

Tabela 15. Belém, 1968. Grau de instrução dos dirigentes de empresas, por tamanho da empresa (número de empregados), em porcentagem:

Instrução	Número de empregados			
	Até 5	6-20	21-50	50 ou +
Primário		69.6	28.6	11.1
Secundário	26.1	71.4	61.1	73.0
Superior	4.3	0.0	22.2	13.5

Fonte: IDESP, 1978.

Como mostram os dados, os estabelecimentos maiores eram dirigidos por pessoas mais qualificadas (gerentes de todos os tipos), enquanto que nas empresas menores ainda dominava a formação adquirida na prática. Conforme constatamos em uma pesquisa sobre pobreza urbana (Stockinger, 1979), os próprios estabelecimentos menores serviam como lugar de formação e reservatório de força de trabalho assalariada nas empresas industriais maiores. Por outro lado, a experiência do trabalho assalariado nas grandes empresas de certos ramos serviam de lugar de aprendizagem para futuros trabalhadores autônomos, no caso deles fica-

rem desempregados. Eles flutuavam entre o mercado formal e o informal, reincorporando-se, sempre que possível, em relações de assalariamento.

A alta rotatividade de empregos na indústria tinha uma das suas explicações nesse fato. Tratava-se, em termos teóricos, nada mais e nada menos, de uma camada flutuante ou de um exército industrial de reserva.

Já vimos que os meios de produção industriais se concentravam cada vez mais nas mãos de uma pequena minoria. A tabela 16 deve mostrar ainda mais claramente este movimento:

Tabela 16. Pará, 1960-75. Participação da pequena indústria (menos de 19 empregados) na indústria total, por valor transformado e número de empregados, em porcentagem:

	Valor transformado	Empregados
1960	36.3	59.8
1975	24.0	36.7

Fonte: IBGE. Censo industrial, Pará, 1960-1975.

A partir dessa tabela, constatamos que a pequena indústria perdia terreno tanto no valor da transformação quanto no número de empregados. O processo de concentração do capital industrial estava em marcha.

Prosseguiremos a análise das tendências de concentração do capital considerando agora o conteúdo material do processo de industrialização em curso o qual se limita, no que se refere a sua base regional, a poucos ramos:

Tabela 17. Pará, 1977. Ramos principais de indústria por ordem de tamanho, em porcentagem e média de empregados.

	Empregados	%	Média/estabel.
Madeira	9,052	27.4	47,1
Alimentos	8,682	26.3	22,4
Têxtil	4,776	14.5	207,6
Mínerais	2,759	8.3	29,6
Metalúrgicos	1,408	4.3	28,7
Outros	6,362	19.2	25,3
Total	33,039	100.0	27,3

Fonte: Federação das indústrias do Pará. Cadastro 77/78.

A transformação de três matérias primas de origem agrícola/florestal (madeira, alimentos e têxtil) absorvia mais de dois terços de todos os empregados na indústria. O movimento de capitalização industrial não abrangia, portanto, todos os ramos ao mesmo tempo. Notamos que os ramos de fabricação de meios de produção faltavam quase que completamente. Isso significa que a modernização da base tecnológica, pressuposição essencial da concentração capitalista, era dirigida por fora e se limitava à transferência de tecnologia já amortizada nos centros capitalistas, sendo negociada por preços especialmente elevados.

Assim, o desenvolvimento de uma base tecnológica própria era sufocado, os ofícios domésticos locais não se desenvolviam a partir de si próprios. Ainda levando em consideração que o processo de acumulação capitalista significava, sobretudo, reprodução ampliada do setor dos meios de produção, que crescia mais rápido do que o setor de mercadorias para o consumo, podemos ver, na falta do desenvolvimento daquele primeiro, em nível regional, uma das causas principais da existência de mão-de-obra "supérflua".

CRESCIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO

Se nos remetermos à tabela 12, poderemos verificar que o aumento das ocupações no setor terciário, sobretudo na década entre 1950 e 1960, ocorreu principalmente a custo da produção primária, sendo o extrativismo o mais afetado, liberando mão-de-obra para a esfera da circulação de mercadorias. Numa segunda etapa, a partir de 1970, constatamos um deslocamento acentuado também para o setor da transformação industrial que se servia da aceleração – anterior – na esfera da circulação, responsável pela acentuada concorrência entre os produtores. Além disso, nesta mesma tabela confirmamos a já afirmada decadência do setor extrativo em favor do setor primário cultivador de terra.

Na tabela 18, observamos que o setor terciário (comércio, serviços, administração etc.) se igualou, a partir de 1980, em termos de absorção de mão-de-obra, às atividades primárias:

Tabela 18. Pará, 1980. Distribuição da mão-de-obra dentro do setor terciário, números absolutos e porcentagem.

	Absolutos	%
Comércio	100,100	26.3
Transporte/Comunicações	40,300	10.6
Prestação de serviços	120,200	31.6
Serviços sociais	59,900	15.7
Serviços administrativos	41,000	10.8
Outros serviços	19,200	5.0

Fonte: IBGE. Censo demográfico do Pará, 1980.

O desenvolvimento das relações econômicas em cima de uma base mercantil cada vez mais concentrada en-

controu o seu paralelo no comércio, esfera que aparecia como mediadora das relações de troca:

Tabela 19. Pará, 1960-80. Desenvolvimento do comércio, atacado e varejo, por número de estabelecimentos (A), média dos assalariados por estabelecimento (B), e porcentagem dos assalariados no total dos ocupados (C):

	1960			1970			1980		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C
Atacado	1,378	2.1	59.2	859	4.1	77.3	789	7.4	84.1
Varejo	7,302	0.6	30.5	13,559	0.8	37.7	34,897	0.7	30.2

Fonte: IBGE. Censo comercial do Pará, 1960-1980.

A utilização crescente do trabalho assalariado aparece marcando ambas as esferas, embora no comércio retalhista predominasse ainda a base familiar. A partir dos meados dos anos 70, também no setor comercial a situação mudou radicalmente com o aparecimento de grandes cadeias de supermercados, sobretudo em Belém. Há que se destacar que o comércio atacadista não era apenas composto por distribuidores de produtos industrializados, mas também de comerciantes compradores, que representavam o capital estruturalmente dominante, sobretudo nas áreas rurais. Mediatizavam o fluxo de merca-

dorias e determinavam, em geral, o caráter das relações de produção. A concentração de capital em mãos de poucos atacadistas, observada empiricamente pela diminuição do seu número absoluto, foi uma consequência deste processo.

MUDANÇAS NA ESTRUTURAÇÃO SOCIAL

Nesse momento nossas atenções estarão voltadas aos aspectos de desenvolvimento da estrutura social, considerando alguns dados a respeito da estratificação social, a partir dos anos 50:

Tabela 20. Pará, 1950-80. População economicamente ativa, por posição na produção, em absoluto (milhares) e porcentagem.

	Empregados		Empregadores		Autônomos		Não remunerados	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
1950	105,3	30.9	8,5	2.5	150,3	44.1	76,3	22.4
1960	159,7	33.6	5,3	1.1	207,9	43.7	102,0	21.5
1970	249,2	40.2	6,3	1.0	279,8	45.1	84,8	13.7
1980	491,7	48.6	13,7	1.3	411,7	40.6	73,0	7.1

Fonte: IBGE. Censo demográfico do Pará, 1950-1980.

É inegável a tendência geral do aumento do trabalho assalariado, mesmo que estatisticamente não revelasse distinções internas à categoria e se limitasse a falar de “empregados”. Podemos pressupor que existiam relações de trabalho pouco monetarizadas, sobretudo nos anos de Censo mais remotos e no setor primário. Essas relações adquiriram o caráter de assalariamento apenas com o decorrer do tempo. Portanto, o crescimento dos assalariados deve ter sido ainda maior do que os dados demonstram.

Segundo a estatística, a participação dos assalariados subiu de 30% em 1950 para quase de 50% em 1980, sendo a tendência mais acentuada no período que inicia nos anos 60. Inicialmente, este crescimento se deu a custo dos autônomos

(incluindo empregadores), para depois progredir na base da desagregação do trabalho familiar (não remunerado), que decresceu entre 1960 e 1980 tanto em termos absolutos como relativos.

Concluiremos esta análise, olhando mais de perto o movimento dentro da categoria dos representantes potenciais do capital. Observamos a este respeito a redução do número de empregadores, inicialmente em termos absolutos, no segundo período levantado ainda em termos relativos, para depois retomar o seu crescimento. Será que se tratava de um simples processo de concentração do capital, seguido de uma expansão geral da base produtiva? A tabela 21 nos fornecerá mais dados a este respeito:

Tabela 21. Pará, 1950-80. Empregadores por setor econômico, em números absolutos e porcentagem.

	Primário		Secundário		Terciário		Total
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.
1950	3,411	40.3	913	10.7	4,178	49.0	8,523
1960	3,179	40.8	737	13.8	2,423	45.4	5,339
1970	3,154	50.2	1,105	17.6	2,029	32.2	6,288
1980	3,303	24.7	3,605	26.9	6,480	48.4	13,388

Fonte: IBGE. Censo demográfico do Pará, 1950-1980.

Os números desta tabela evidenciam estarmos diante de mudanças quali-

tativas dentro da camada social dos empregadores. A constante redução desta

categoria no setor de comércio e serviços até 1970, testemunhava um processo de concentração de capital, expressa pelo movimento do número total. O movimento principal neste período foi a transformação de capital comercial em capital industrial, investido na produção, independentemente do ramo em que era aplicado, podendo até ser a própria agricultura. Podemos dizer que o crescimento do investimento de capital de fora e a própria transformação interna da figura do “comprador” em capitalista industrial aconteceram de maneira implícita neste processo.

Os ramos produtivos, agora subordinados, eram inicialmente baseados no trabalho familiar e surgiam da pequena produção camponesa artesanal, à medida em que esta transbordava o mercado local. No momento em que aqueles compradores monopolizaram localmente a venda de matéria prima e a compra dos produtos, deu-se início à separação do produtor direto dos seus meios de produção e subsistência, passando à condição de assalariado, se tivesse sorte. A superioridade puramente econômica de venda a atacado teve como consequência inevitável o fato do pequeno produtor ficar isolado do mercado e entregue, sem proteção, ao poder do capital comercial. Além disso, com a desagregação do trabalho familiar aumentou o número de empregadores nos setores produtivos, o que reforça a nossa análise.

A partir dos anos 70, uma nova tendência se fez aparecer e se sobrepôs às bases internas antes criadas: uma multiplicação de padrões – pressupostamente pequenos – que acompanhava a canalização de recursos, estatais e privados, para dentro da região em pauta. O processo de expansão da base produtiva interna ocorria de novo sob dominação do capital

acumulado fora da região, buscando saídas lucrativas.

O SURGIMENTO DE UM EXCEDENTE DE MÃO-DE-OBRA

Passaremos agora aos já mencionados processos de proletarização excessiva provenientes:

- do processo de acumulação inicial;
- do processo de concentração de capital;
- e de fatores novos, gerados pela dependência do capital monopolista em sua expansão mundial.

Os primeiros, já analisados pelos economistas clássicos, no caso da Europa estão em conexão íntima com o desenvolvimento tecnológico das estruturas capitalistas em si, e se referem à formação do chamado exército industrial de reserva.

A acumulação capitalista produz... continuamente, em relação a sua energia e sua escala, uma população trabalhadora excedente, relativamente; quer dizer, algo a mais em relação às necessidades médias da valorização de capital (Marx, 1974, p. 660).

É neste sentido que utilizamos aqui também o conceito superproletarização, embora seja um conceito mais amplo.

Na era da internacionalização do capital à escala mundial, e compreendendo o processo como um todo, o terceiro mundo representava os contingentes maiores do exército industrial de reserva. A população trabalhadora

torna-se, noutro lado, uma alavanca da acumulação capitalista, uma condição de existência do próprio modo de produção capitalista (Marx, 1974, p. 660).

Desemprego e subemprego de uma parte do proletariado urbano, e também do rural, eram um dos fatos mais comuns na Amazônia. O exército industrial de reserva foi também aqui produto do desenvolvimento mercantil.

Com relação à Amazônia esse processo foi um fator que – também no desenvolvimento “clássico” – se referiu

ao sobretrabalho de uma parte dos trabalhadores, enquanto outra parte sofria de subemprego crônico. Isso quer dizer que parte do exército de reserva levava sua vida à base do “biscate”, enquanto a parte ativa sofria de sobreexploração, ganhando sua subsistência na base de uma jornada de trabalho prolongada. Vejamos a estatística:

Tabela 22. Região Norte, 1976. Autônomos e Empregados, por jornada de trabalho, em porcentagem.

Horas semanais	Autônomos	Empregados
Até 39	14.7	9.2
40-48	50.8	61.6
+ de 48	33.3	28.3

Fonte: IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios, 1976.

Sobretudo na categoria dos autônomos, observamos que a polarização era bastante acentuada. Como já vimos, devido às particularidades na sua posição em relação à reprodução de capital, este grupo subsistiu como reserva de mão-de-

obra, e, quando empregado, estava inserido numa produção tecnicamente subdesenvolvida. As empresas de serviços familiares ou individuais foram as mais afetadas por este fenômeno, como mostra a tabela seguinte:

Tabela 23. Região Norte, 1970. Subempregados crônicos nos setores da economia, por jornada semanal de trabalho, em porcentagem:

	Até 15h/sem	Até 40h/sem
Indústria	2.7	8.2
Comércio	3.9	10.4
Serviços pessoais	2.5	19.2
Serviços sociais	2.8	25.2

Fonte: IBGE. Censo demográfico do Pará, 1970.

Como já mencionamos, as categorias estatísticas de autônomos e empregados não existem separadamente, pois há uma transição contínua e flutuante entre uma e outra. Trabalho assalariado não qualificado que garante o salário mínimo era, na maioria das vezes, complementado por uma ocupação qualquer como autônomo, já que o salário mínimo, por si só,

não garantia o necessário para a subsistência, ficando abaixo do valor da reprodução da força de trabalho. As horas de trabalho semanais legalmente limitadas representavam para grande maioria da população trabalhadora uma pura ficção, devido ao sistema salarial vigente.

Outro fator que mostra a superproletarização é o fato de que uma grande

parte dos assalariados não estava integrado em vínculos empregatícios legais, proporcionando ao empregador a economia dos encargos sociais determinados por lei. Para as empresas maiores, estabelecidas numa sólida base financeira, isso significava lucros maiores; para os pequenos estabelecimentos, no entanto, este fato representava

uma condição prévia de sua existência, já que o pagamento de encargos sociais para aos assalariados significaria sua falência como empresa autônoma.

A proporção deste tipo de relação informal de emprego era muito elevada sobretudo na agricultura, mas também considerável na própria indústria:

Tabela 24. Região Norte, 1976. Empregados, segundo vínculo de emprego, por setores da economia, em porcentagem.

	Vínculo	
	Formal	Informal
Agricultura	9.6	90.4
Indústria	63.3	36.7
Média geral *	35.7	46.2

Fonte: IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios, 1976.

Quanto às tendências de superproletarização, podemos dizer que não se tratava, como já vimos, apenas da formação linear de um exército industrial de reserva para a indústria em desenvolvimento; mais que isso, tratava-se da criação da própria base de reprodução de relações de produção que não ultrapassaram os traços e limites da produção simples de mercadorias ou mesmo de subsistência. A análise empírica deste fenômeno passa, no entanto, por dificuldades de várias ordens. Nem sempre é fácil distinguir o pequeno artesão da aldeia do pequeno produtor de mercadorias ou do assalariado. Para isso, seria necessária uma análise econômica dos dados sobre cada um dos pequenos ofícios que ultrapassam os marcos deste trabalho.

SUBMISSÃO DA REGIÃO E MODERNIZAÇÃO NÃO-LIBERAL E INCOMPLETA

De maneira geral, tanto o processo da constituição original do capital

quanto o processo do seu desenvolvimento e concentração condicionaram-se mutuamente. Embora o primeiro tenha constituído, em termos históricos, a base do segundo, podemos dizer que tenha perdido o domínio sobre aquele. Em termos de história mundial, isso quer dizer que os processos que desembocaram na acumulação inicial, não ocorreram da mesma maneira na Amazônia. Sob as condições da expansão mundial do capital, estes processos aceleraram-se e foram introduzidos “artificialmente” na região.

O “artifício” consiste no fato da experiência histórica da expansão mercantil mundial ter sido refletida e traduzida em medidas planejadas, apoiadas por políticas dirigistas. Ou seja, o processo de modernização criou novas contradições na região devido ter recebido dois “impactos” ao mesmo tempo: um do processo de reprodução ampliada do capital externo, outro da acumulação inicial interna própria, ambos formando uma só unidade dentro de um desenvolvimento desigual e

combinando em nível mundial.

No entanto, por especificidades regionais – algumas delas apontadas neste artigo – o processo de industrialização e modernização na região não chegou (ainda?) a funcionar de maneira auto-sustentada. O poder político e econômico continuou a impor ou a incentivar determinadas formas de produção cabíveis na divisão nacional/internacional do trabalho, desde a exploração de matéria prima até a montagem parcial de produtos industriais.

A acumulação inicial, nestas circunstâncias – típicas para a periferia capitalista – transformou-se num processo completo de constituição de relações mercantis de tipo moderno de forma limitada. A acumulação interna não tinha, até o momento, a força suficiente para transformar as estruturas retardadas e arcaicas no campo e nas cidades, em virtude dos seguintes fatores:

1. o subdesenvolvimento do departamento produtivo dirigido por fora era responsável pelos meios de produção. A transferência de tecnologia bem ou mal integrada no processo de modernização em andamento, liquidou as ocupações daquela mão-de-obra que, em base social ou individual, lidava com a produção de meios de produção (ferramentas, equipamento simples para a indústria pequena e agricultura camponesa, produção de meios de transporte etc.). Em se tratando do setor que, via de regra, era historicamente o mais dinâmico em relação à absorção de mão-de-obra, o seu subdesenvolvimento colocou em questão a própria reprodução ampliada das bases capitalistas regionais. O reflexo deste subdesenvolvimento foi a retardação da formação de relações liberais modernas, já que a dissolução de relações tradicionais não desembocou na constituição ampliada de relação moderna;

2. em consequência, a pequena produção mercantil tradicional continuou a se reproduzir em escala social simples, e se modernizam apenas os ramos assumidos pela expansão mercantil nacional e internacional, via de regra filiais de empresas transnacionais, ou pelo menos financeiramente controlados por estas;

3. à medida em que a reprodução social se apoiava na troca de mercadorias, certos ramos da produção eram simplesmente liquidados. Uma vez integrados no circuito mercantil, nacional e internacional, e sem nenhuma proteção, arruinaram-se na concorrência. Este processo liberou continuamente mão-de-obra proletária e pequenos produtores de mercadorias de suas ocupações anteriores. Parte deles conseguiu ocupação no comércio de produtos vindos de fora. O que se observou, em consequência, foi o inchaço do setor terciário, enquanto uma boa parte dos novos elementos, os modernizantes, deslocou-se para outras regiões industrializadas;

4. aumentou-se a exigência financeira para se entrar no mercado como empresa autônoma e, com a queda da taxa de lucro, cresceu também o mínimo de capital necessário para que um capitalista individual pudesse empregar produtivamente o trabalho. Isso quer dizer que cresceu o montante de capital necessário – juntamente com o tamanho mínimo de uma empresa – que rendia o lucro mínimo para o proprietário que pagava os impostos e taxas, além de incrementar o capital inicial ao ponto de possibilitar a reprodução ampliada em escala tecnológica cada vez superior, para garantir a sobrevivência na concorrência.

Os capitais individuais acumulados, relativamente pequenos em relação às grandes empresas que dominavam o

mercado, surgiram no processo de diferenciação interna dos produtores. Só em escala muito limitada conseguiram constituir relações sociais modernas; e quando o conseguiam era numa base interna, no entrelaçamento entre capital e trabalhadores da região, em geral, à base de um endividamento para com os monopólios financeiros e comerciais. Assim, grande parte dos indivíduos, que sob circunstâncias de desenvolvimento autônomo teriam tido chances de tornar-se capitalistas e que, empiricamente, pertenciam à categoria estatística de “autônomos”, engrossaram, no caso da Amazônia, as fileiras do chamado “excedente social”, excluído, até hoje, de um processo de modernização forçado e não-liberal, do qual esperavam ser beneficiados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO DA AMAZÔNIA. Relatório do exercício de 1971. Belém, 1971.
- CADASTRO DE IMÓVEIS RURAIS – 1972 – REGIÃO NORTE. INCRA, 1973.
- CADASTRO INDUSTRIAL 1978 – PARÁ. BELÉM, 1979.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Rio, 1970.
- CENSO COMERCIAL 1960 – 1980 – PARÁ. Rio de Janeiro: FIBGE, 1981.
- CENSO DEMOGRÁFICO E AGROPECUÁRIO 1872 – 1982 – PARÁ. Rio de Janeiro: FIBGE, 1983.
- CENSO INDUSTRIAL 1960 – 1980 – PARÁ. Rio de Janeiro: FIBGE, 1981.
- DIAGNÓSTICO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA 1962 – 1971. Rio de Janeiro: FIBGE, 1972.
- IANNI, O. *A luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ. Consumo de produtos industrializados na Amazônia – região metropolitana de Belém. Belém, 1978.
- MARX, K. *Das Kapital*. Berlin: Dietz Verlag, 1974. v. 1.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 1976 – REGIÃO NORTE. Rio de Janeiro: FIBGE, 1977.
- SANTOS, T. dos. *Imperialismo e corporações multinacionais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SAUTSCHUK, J. *Projeto Jari: a invasão americana*. São Paulo: Brasil Debates, 1979.
- STOCKINGER, G. *Pobreza urbana e organização comunitária*. Belém: UFPA/Ceutur, 1979. Mimeo.